LA INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Rafael Sebastiá Alcaraz
Emilia María Tonda Monllor
(Coordinadores)

LA INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN EN LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA

Rafael Sebastiá Alcaraz

Emilia María Tonda Monllor (Eds.)

Publicaciones de la Universidad de Alicante
03690 San Vicente del Raspeig
publicaciones@ua.es
<http://publicaciones.ua.es>
Teléfono: 965 903 480

© los autores, 2016
© de la presente edición: Universidad de Alicante

ISBN: 978-84-16724-07-9

Diseño de cubiertas: CEE Limencop S.L.
Maquetación: CEE Limencop S.L.

Esta editorial es miembro de la UNE, lo que garantiza la difusión y comercialización nacional y internacional de sus publicaciones.

Reservados todos los derechos. Cualquier forma de reproducción, distribución, comunicación pública o transformación de esta obra solo puede ser realizada con la autorización de sus titulares, salvo excepción prevista por la ley. Diríjase a CEDRO (Centro Español de Derechos Reprográficos, www.cedro.org) si necesita fotocopiar o escanear algún fragmento de esta obra.

PROJETO NÓS PROPOMOS!: TENTAR MUDAR A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM PEQUENOS PASSOS

Sérgio Claudino

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa,

sergio@campus.ul.pt

Resumo

Desde 2011/12, o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, em colaboração com a Esri Portugal, promove o Projeto Nós Propomos! A partir do Estudo de Caso, obrigatório no 11º ano (16/17 anos), alunos identificam problemas locais, pesquisam sobre os mesmos e apresentam propostas concretas de intervenção, em articulação com as autarquias. O Projeto tem conseguido grande divulgação nacional. É um Projeto metodologicamente simples. Com este pequeno/grande passo, pretende-se contribuir para a renovação da educação geográfica.

Palavras-chave

Projeto, cidadania territorial, problemas, intervenção, autarquias

1. DINAMIZAR O ESTUDO DE CASO

O Projeto “Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação” surgiu em 2011/12 e alcançou dimensões pouco habituais num ensino de Geografia que, em Portugal, segue práticas rotineiras e tradicionais. Com esta comunicação pretendemos, para além de dar testemunho do mesmo Projeto, mas também refletir sobre o seu contributo para a mudança das práticas disciplinares nas escolas.

No Ensino Secundário (15-18 anos), o programa de Geografia A foi implementado a partir de 2004. Esta disciplina constitui uma opção específica para alunos de Ciências Sociais e Humanas e de Ciências Socioeconómicas (Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março), tendo a partir de 2007 passado a constituir opção específica de Línguas e Humanidades (para além dos alunos de Ciências Sociais e Humanas passou a incluir os alunos de Línguas), para além de Ciências socioeconómicas (Decreto-Lei nº 272/2007, de 26 de julho). A disciplina é assegurada em três tempos semanais de 90 minutos, o que constitui uma carga horária razoável. Os docentes do ensino secundário são, em geral, dos mais experientes na escola - o que poderá favorecer o desenvolvimento de experiências inovadoras. No final dos dois anos de frequência da disciplina, os alunos são sujeitos a um exame nacional - com as preocupações que daí resultam, desde logo para os professores.

O programa de Geografia centra-se no estudo de Portugal e identifica a educação para a cidadania como objetivo último do processo educativo. Em coerência, surge a grande novidade do programa: a realização de um Estudo de Caso, um trabalho de índole mais prática e muito direcionado para uma ativa cidadania local. Este Estudo é apresentado como “uma oportunidade efetiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia” e concretiza-se que os alunos devem “Analisar criticamente problemas que afetam a região onde vive, refletindo sobre soluções possíveis para os problemas detetados” (Alves, Brazão, Martins, 2001: 57).

Contudo, o trabalho de acompanhamento da formação inicial de professores de Geografia e da sua própria formação contínua, permitiu constatar que, não sendo sujeito a avaliação externa, através dos exames, o Estudo de Caso é geralmente esquecido. Tal correspondia, de resto, ao que logo receáramos aquando do lançamento do mesmo Estudo de Caso: em 2005, participámos numa reunião do Conselho Consultivo de Geografia do Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação, onde foi discutido o formato do exame nacional de Geografia. Defendemos que a avaliação externa deveria incidir também no Estudo de Caso (“as provas de exame deveriam conter itens do tipo “estudo de caso”, a fim de mobilizar as mais diversificadas competências”) e, ainda, que fossem introduzidos itens que mobilizasse “saberes no sentido da identificação de entidades responsáveis pela resolução de um determinado problema”¹²⁵. Estas posições não foram atendidas.

Como seria previsível, os docentes da disciplina centraram-se na aprendizagem dos conteúdos avaliados nos exames nacionais de Geografia, sabendo que o Estudo de Caso nunca seria avaliado. Em 2011/12, depois de no anterior ter falhado a tentativa de mobilizar a Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano/Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, com o apoio dos núcleos de investigação que integrávamos no Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa/IGOT-UL, o Núcleo de História e Ensino de Geografia e Cartografia/HEGEC e o Núcleo de Estratégias e Políticas Territoriais/NEST, lançámos o Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica. No âmbito do IGOT, sentíamos, por um lado, o desafio de um planeamento territorial participado e do desenvolvimento da governança (Comissão das Comunidades Europeias: 2001) e, por outro lado, a necessidade de promover a renovação da educação geográfica, numa perspetiva de uma efetiva cidadania territorial (Claudino: 2014), entendendo a cidadania na Educação como ação efetiva (Moreno: 2013). Divulgado o Projeto, logo a Esri Portugal, empresa de sistemas de informação geográfica, manifestou a intenção de se associar ao mesmo, o que foi prontamente aceite.

2. A EXPANSÃO RÁPIDA, MAS DESIGUAL, DO PROJETO

Um dos princípios fundamentais do Projeto “Nós Propomos!...” consiste na aposta no desenvolvimento de parcerias educativas entre vários atores educativos ou com potencial intervenção educativa. A Universidade de Lisboa faz a coordenação geral do mesmo e dialoga com a totalidade dos restantes parceiros, com particular intensidade mesmo; assegura ainda a formação dos docentes, tanto do ponto de vista pedagógico-didático, como no domínio mais específico do ordenamento do território. As escolas são parceiros centrais, mobilizando professores e alunos e, naturalmente, espaços e tempos educativos para o desenvolvimento do projeto. A Esri Portugal apoia o mapeamento de informação, fornecendo formação a professores e alunos tendo em vista a utilização do seu *software*. As autarquias identificam junto dos alunos as grandes preocupações que marcam o planeamento municipal, presentes nos Planos Diretores Municipais/PDM, e fornecem informação documental e estatística de apoio ao desenvolvimento dos projetos das escolas, quando não dão apoio direto aos grupos de trabalho; recebem ainda as

¹²⁵ Gabinete de Avaliação Educacional/Ministério da Educação, Acta da Reunião do Conselho Consultivo de Geografia, 5 de maio de 2005: 2 e 5

propostas elaboradas pelos alunos, algumas das quais têm tido uma implementação efetiva e/ou têm sido incorporadas na revisão dos PDM. A Agência Nacional Ciência para a Divulgação da Cultura Científica e Tecnológica/Ciência Viva acompanhou a implementação do Projeto, em 2013 e 2014. A Direção-Geral de Educação/Ministério da Educação e Ciência divulga o Projeto, desde 2014, pelas escolas de todo o país. Também a Associação de Professores de Geografia tem dado divulgação e manifestado o seu apoio ao Projeto e é, em 2015/16, um dos seus patrocinadores. Desde 2014/15, uma associação local de defesa do património associa-se ao Projeto. Estas parcerias têm sido concretizadas pela assinatura de protocolos, geralmente entre o IGOT-UL, a Esri Portugal, a escola e a autarquia envolvida (Figura 1).

No primeiro ano, as escolas participantes no Projeto localizavam-se, fundamentalmente, na área de Lisboa, onde a Universidade de Lisboa tem os seus contactos privilegiados (Figura 2). Nos anos seguintes, surge nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e em algumas capitais de distrito – numa preocupante reprodução das desigualdades socio-territoriais portuguesas (Figura 3). Em 2013/14 aumenta o número de escolas aderentes de 8 para 16 (Figura 4), o que muito se deveu à aposta da Câmara Municipal de Braga em levar o Projeto para a sua cidade e, em 2014/15, assistiu-se à adesão de escolas por todo o país, 37 instituições educativas no total, também em escolas de municípios mais rurais (Figura 5), o que constitui um salto qualitativo no Projeto. No momento em que esta comunicação é escrita, ainda não se encontra finalizada a rede de formação, mas contam-se 40 escolas – o que aponta, fundamentalmente, para uma consolidação da rede de formação. Em 2015, um partido político decidiu apoiar o Projeto, e patrocina uma deslocação a Bruxelas, de autocarro, de 51 alunos e professores do mesmo – o que permite distribuir vários prémios de participação.

o Projeto está em desenvolvimento no Brasil, em duas universidades – o propósito de olhar para a comunidade e contribuir para a solução de problemas locais é/deve ser, na realidade, universal.

Figura 1. Assinatura do protocolo na Escola Secundária da Sertã.

3. IDENTIFICAR PROBLEMAS LOCAIS, REALIZAR TRABALHO DE CAMPO E APRESENTAR PROPOSTAS

No começo de cada ano letivo, é lançado o convite às escolas que desejem participar. Realiza-se, então, um seminário com os professores envolvidos, no IGOT/Universidade de Lisboa, de formação e de planificação das atividades a desenvolver ao longo do ano letivo. A equipa coordenadora do projeto desloca-se a cada uma das escolas participantes, em sessões onde são apresentados os respetivos objetivos e metodologia e se inicia a discussão dos projetos que os alunos vão desenvolver. O Projeto tem um site alocado na Universidade de Lisboa (www.nospropomos.igot.ul.pt) e possui uma página, mais interativa, no Facebook.

Metodologicamente, é muito simples. Os alunos são sensibilizados para a reflexão em torno dos problemas locais e do seu papel na resolução dos mesmos, respondendo a um inquérito individual, realizando um passeio pela área da escola... Organizados em grupos, os alunos identificam problemas na área da escola ou em todo o município e selecionam um que lhes surja como mais relevante e que vai constituir o seu tema de pesquisa. Estes prendem-se, frequentemente, com a construção de espaços de lazer e desporto, a recuperação de imóveis abandonados para fins públicos ou a melhorias dos transportes públicos e acessibilidades.

Figura 6. Alunos fazem inquéritos à população local.

Figura 7. Proposta de intervenção premiada em 2013/14.

Inicia-se, então, uma fase de pesquisa e de recolha de informação, devendo esta compreender sempre trabalho de campo, com recolha de imagens, realização de inquéritos de rua e entrevistas (Figura 6). É também nesta fase que os alunos têm um contacto direto com a autarquia, através da participação em sessões sobre o Plano Diretor Municipal e a recolha e discussão de informação. Enfim, cada projeto é finalizado pela apresentação de propostas de intervenção (Figura 7), para o que elaboram tanto um recurso multimédia como de um pequeno relatório (obrigatório desde 2012/13). Estas propostas são partilhadas no Seminário Nacional realizado no IGOT-UL e que, em 2015, contou com 1300 participantes.

Em 2014/15, foi atribuído um prémio tanto ao melhor projeto (um itinerário pelo património judaico de Castelo Branco, que será implementado pela Câmara Municipal), como à turma como melhor desempenho, no seu conjunto. Realizou-se ainda um concurso de fotografia. O Projeto tem merecido algum destaque na comunicação social nacional e regional, contribuindo fortemente para a visibilidade social da Geografia (Figura 8).

4. PEQUENOS GRANDES PASSOS

O Projeto tem seguido uma trajetória de crescimento, que não oculta dificuldades: das nove escolas que a iniciaram no Projeto, apenas duas têm participado de forma consecutiva e, em 2015/16, cinco das referidas nove escolas participam (o que denuncia, em qualquer caso, alguma fidelização).

É evidente o receio que esta participação levanta à generalidade dos professores – os alunos saem para a rua, realizam trabalho de campo, pesquisam, organizam informação, o que, na realidade, rompe com as práticas habituais. Por outro lado, os mesmos docentes têm receio de se exporem através dos seus alunos – estes são pouco empenhados, não tem grandes capacidades, vão realizar trabalhos fracos. Já assistimos, por várias formas, à seleção dos melhores alunos para participarem no Projeto – o que é contrário ao espírito do Projeto e vamos tentando ultrapassar. Frequentemente, recebemos sugestões de serem apenas os melhores alunos a apresentarem os seus projetos no Seminário Nacional –o que temos recusado, em nome da mobilização coletiva dos alunos. Na realidade, os Seminários Nacionais têm sido uma festa partilhada por todos os intervenientes. Enfim, vários professores mobilizam alunos de Geografia do 12º ano, que não tem exames nacionais, mesmo se o programa deste nível se debruça sobre a escala mundial – contornando, assim, a temida avaliação externa. Por último, note-se a excelente adesão ao Projeto por parte de algumas autarquias, que têm pressionado escolas a escolas a participar no mesmo (Claudino: 2015).

Há, na realidade, uma distância entre os discursos educativos sobre uma escola aberta à comunidade e a adesão efetiva à renovação das práticas educativas. Contudo, e valorizando aqui mais as dificuldades sentidas que os muitos sucessos do Projeto, no entusiasmo dos alunos, na pertinência das suas propostas, este está a deixar uma marca na educação geográfica portuguesa. O ignorado Estudo de Caso ganhou visibilidade pública. E muitas dezenas de professores de Geografia, de todo o país, participam no Projeto e são acompanhados pelos seus colegas. Geralmente, o Projeto só funciona num nível – mas é um nível em que, na escola, se faz uma Geografia cidadã mais comprometida com a comunidade. Pontualmente, o projeto está a alargar-se a mais de um nível de uma mesma escola.

Não acreditamos em mudanças radicais das práticas de ensino. Com defende Cuesta-Fernandez (1997), as escolas são marcadas por todo um código disciplinar feito de rotinas. Estão a ser dados pequenos passos estão. E, juntos, estes passos estão a tomar uma dimensão nacional.

5. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Alves, M. L. & Brazão, M.; Martins & O. S., 2001. *Programa de Geografia A...* Lisboa: Ministério da Educação.

Claudino, S., 2015. “Il Progetto “Nós Propomos!! Cittadinanza, Sostenibilità e Innovazione nell’Educazione Geografica” en B. Borghi, F. F. Garcia Pérez, O. Moreno Fernández *È possibile promuovere la cittadinanza territoriale partindo dalla scuola? Novi Cives: Cittadini dall’Infanzia in poi*. Bologna: Patron Editores, pp. 245-262

Cuesta-Fernández, R., 1997. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona, Ediciones Pomares-Corredor.

Moreno, O., 2013. *Educación ambiental y educación para la ciudadanía desde una perspectiva planetaria. Estudio de experiencias educativas en Andalucía*. Tesis doctoral. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide.

Claudino, S., 2014. “Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial”. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [Em linha] Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2014, Vol. XVIII, núm. 496 (09).

<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-496/496-09.pdf>> .

Comissão das Comunidades Europeias, 2001. *Governança europeia. Um Livro Branco*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.